

LITERATURA E RESISTÊNCIA: UMA LEITURA FOUCAULTIANA DA POESIA DE MULHER NEGRA

Carla Luzia Carneiro Borges¹
Edna Marques Ribeiro Amorim²

Resumo: Este trabalho analisa a produção de subjetividade da mulher negra poeta, no âmbito dos Estudos Discursivos Foucaultianos e dos estudos literários de mulher negra, defendendo essa literatura como prática de resistência, campo de luta e de enfrentamento das práticas de controle. Consideramos a noção de literatura discutida por Foucault (2015) e Blanchot (2018), a noção de escrevivência proposta por Evaristo (2020), bem como as noções teórico-metodológicas da arqueologia foucaultiana, partindo das modalidades enunciativas, na tentativa de descrever os processos de formação dos objetos e as condições de emergência. Como resultado, podemos concluir que a poesia da mulher negra, em suas redes sociais, é uma escrita de si, constituindo-a sujeita que se levanta contra políticas injustas. Essa escrita de si é lugar de visibilidade da poeta negra e possibilita que ela faça da literatura um espaço de constituição de si.

LITERATURE AND RESISTANCE: A FOUCAULTIAN READING OF BLACK WOMEN'S POETRY

Abstract: This work analyzes the production of subjectivity of black woman poets, within the scope of Foucault's Discursive Studies and literary studies of black women, defending this literature as a practice of resistance, a field of struggle and confrontation of control practices. For the research, the notion of literature discussed by Foucault (2015) and Blanchot (2018) is considered, the notion of escrevivência proposed by Evaristo (2020), as well as the theoretical-methodological notions of Foucault's archeology, starting from the enunciative modalities, in attempt to describe the processes of formation of objects and the conditions of emergence. As a result, it is possible to conclude that black women's poetry, in their social networks, is a writing of themselves, making it a subject that stands up against unfair policies. This self-writing is a place of visibility for the black poet and allows her to make literature a space for self-constitution.

1 Doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas, Brasil, professora titular na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). E-mail: carlaluziacb@gmail.com

2 Doutoranda em Estudos Linguísticos, no PPGEL da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), E-mail: eednamarques@gmail.com

Introdução

Durante muito tempo na literatura, foi dada visibilidade à voz masculina e branca como a figura autorizada a dizer e, mesmo o discurso feminino, muitas vezes só foi visibilizado a partir dos escritos hegemônicos de criação masculina. Entretanto, a mulher tem ocupado lugar de protagonismo na literatura, apesar de todas as restrições que tem sofrido ao longo do tempo. Diante desse silenciamento histórico, vozes femininas negras têm insurgido, com temáticas importantes acerca das subjetividades negras e de suas experiências, marcando posição nos diversos espaços, em especial no literário, mesmo tendo sofrido um cerceamento duplo, pelo fato de, às questões de gênero, somarem-se as questões étnicas.

Nesse universo em que as relações de saber-poder constituem e também controlam o sujeito, mesmo nas suas práticas mais singulares, estudar o papel da escrita literária feminina postada nas redes sociais Instagram e Facebook, como voz insurgente na sociedade de controle, torna-se um imperativo, uma vez que este sujeito subalternizado coloca-se nas brechas da história para mostrar que também pode se arriscar nessa perigosa teia que é o discurso.

Dessa forma é que se justifica o debruçar-se sobre os escritos de uma mulher negra que desponta como poeta, que se sente autorizada a dizer, pois sempre gostou de escrever e começou a postar seus escritos no Facebook (2015) e depois no Instagram (2017). Moradora do distrito de Maria Quitéria, em Feira de Santana, Júlia Suzarte foi convidada em janeiro de 2019 a participar do programa de auditório “Encontro com Fátima Bernardes”, o que oportunizou que a editora Anjo se interessasse a lançar seu primeiro livro.

Analisa-se, portanto, a subjetividade da mulher negra, a partir dos Estudos Foucaultianos do Discurso, defendendo a literatura como uma prática

discursiva de resistência, sempre como campo de luta e de enfrentamento das práticas de controle. Diante desse universo literário que privilegia o homem e não dá visibilidade à mulher, em especial, à mulher negra, e considerando que a literatura está atravessada por relações de saber/poder, pergunta-se: qual o espaço ocupado pela poética dessa mulher negra Júlia Suzarte, no universo midiático, e como essa literatura possibilita seu processo de subjetivação bem como diagnosticar a realidade da mulher negra nordestina hoje no Brasil?

Assumimos, então, que o lugar da literatura de Júlia Suzarte no contexto midiático de hoje é o da resistência, tendo em vista que à população negra tem sido negado lugar de destaque nas produções culturais, científicas e sociais, não reconhecendo a sua capacidade de contribuir com saberes que possam ser legitimados pela academia ou pela sociedade. A resistência dá-se no fato de que o discurso produzido é um campo de luta, podendo ser reconhecido como literatura de pessoa negra e de mulher, duas instâncias que, ao longo da história, sempre foram alvos da negação de direitos fundamentais, no nosso país e no mundo. Outro aspecto a ser observado é que a literatura, sendo uma prática histórico-discursiva de constituição do sujeito, possibilita fazer o diagnóstico da realidade, ou seja, o movimento de retomada de acontecimentos que já aconteceram, mas que colaboram para entender o presente, possibilitando outras experiências estéticas. Esse movimento de subjetivação é central neste trabalho de análise da experiência de Júlia Suzarte com a literatura.

Soma-se a isso a visibilidade que a obra de Júlia Suzarte vem ganhando (no Instagram já passam de doze mil seguidores), seja por agradar ao público leitor, seja por ser uma voz que não faz parte oficialmente da literatura canônica brasileira nem da baiana e que, portanto, tinha tudo para não ser escutada, mas tem tido um lugar de destaque em algumas escolas e na mídia local, uma vez

que tem aparecido em rádios da região e em um programa de tv, como já foi dito. Vale acrescentar o fato de que não se tem notícias de estudo sobre este acervo – o que dá a esta pesquisa um cunho inédito, quanto à materialidade escolhida.

Consideramos, para este olhar sobre o literário, noções teórico-metodológicas da arqueologia foucaultiana, partindo das modalidades enunciativas, na tentativa de descrever os processos de formação dos objetos e as condições de emergência. Para Foucault (2016), são as regras que possibilitam a emergência dos objetos, essa é a regularidade buscada. Não se deve tratar o discurso como um conjunto de signos apenas, mas sim como uma prática que forma sistematicamente os objetos de que se fala. Vale ressaltar que as modalidades enunciativas se constituem em um procedimento de análise centrado em três perguntas, a saber: quem fala? De onde fala? Que posições esse sujeito ocupa? A resposta para esses questionamentos parece apontar para a voz do sujeito infame, em termos foucaultianos, por estar invisibilizado, mas em confronto com o poder, sujeito que teve muitos direitos negados e não pode ainda hoje ocupar determinados lugares na sociedade, que começou a se apresentar na escola e que, desde então, ocupa uma posição questionadora de si e do mundo ao seu redor, a partir da sua poética.

Pode-se dizer que essa literatura produzida nas redes sociais ocupa um lugar à margem da literatura dita oficial, circulando por via midiática, constituindo numa ruptura com a chamada tradição, que geralmente começa com publicações em jornais e em livros, com todo o aparato editorial que lhe é peculiar. O espaço do Instagram e do Facebook funciona como lugar de produção e circulação da literatura, ao tempo que passa a funcionar como espaço de pertencimento da autora Júlia Suzarte. O espaço midiático passa a se constituir também no quintal poético, numa aproximação com a ideia que dá nome ao seu livro de poemas *No meu quintal*,

inaugurando esta experiência estética de olhar para si e cuidar de si.

A mulher negra, a necropolítica e o cuidado de si na literatura

Foucault (2015) defende que “[...] a linguagem, sobre a linha da morte, se reflete: ela encontra nela um espelho; e para deter essa morte que vai detê-la não há senão um poder: o de fazer nascer em si mesmo sua própria linguagem em um jogo de espelhos que não tem limites [...]” (FOUCAULT, 2015, p. 49). Essa linguagem num jogo de espelhos é o que se observa na literatura, mas se observa também que, a partir dela, o sujeito pode pensar acerca da atualidade, dizer o que é hoje e o que significa, dizer o que diz e deseja.

Se Foucault (2014b, p.34), influenciado por Nietzsche, pensa que a filosofia tem como tarefa diagnosticar e não procurar dizer uma verdade que possa valer para todos e para todos os tempos, pode-se pensar a literatura como um domínio também capaz de levar o sujeito a fazer o diagnóstico do presente, refletindo sobre a sua realidade e sendo constituído por ela. Então, a partir do texto literário, o sujeito pode falar de si e do seu entorno, expressando quem somos nós neste momento da história.

Os gregos preocupavam-se com a “epiméleia heautoû”, que pode ser traduzido como “o cuidado de si” (FOUCAULT, 2017, p. 72). Esse preceito foi para os gregos e para os romanos um dos princípios éticos, uma das principais regras da sua arte de viver e isso durante quase um milhar de anos. Foucault (2017, p.73) lembra que Galiano calculava o tempo necessário para formar um médico, um orador ou um gramático e pensava que era preciso mais tempo ainda para que alguém se tornasse um homem completo, dedicado a cuidar de si próprio. Como se vê cuidar de si é uma atividade que precisa ser constante.

Para pensar a escrita de mulher negra como uma experiência de cuidar de si, haverá a aproximação dessa noção foucaultiana com uma outra noção – escrevivência- cunhada por Evaristo, em sua dissertação de mestrado, em 1995 (NUNES, 2020, p. 12). Segundo Evaristo (2020, p. 30):

[...] Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. [...] (EVARISTO, 2020, p. 30).

Nesta direção, defendemos que a publicação de textos poéticos nas redes e em meios impressos, pela poeta negra Júlia Suzarte, pode ser vista como uma forma de resistência aos poderes que subalternizam populações marginais, pensando a resistência como “[...] um catalisador químico de modo a esclarecer as relações de poder, localizar sua posição, descobrir seu ponto de aplicação e os métodos empregados” (FOUCAULT, 2010, p. 276). O catalisador acelera a reação química, então essa metáfora indica que a resistência é uma forma de reação ao poder estabelecido, é uma forma de enfrentamento a esse poder e também um meio de questioná-lo em suas estratégias.

Para pensarmos a história da mulher negra na literatura, devemos pensar, primeiramente, que mulheres negras se constituíram escritoras no Brasil, fazendo uma literatura negra que se desloca das unidades descritas como “época” ou “séculos”, como alerta Foucault (2016, p. 4), para se concentrar nos fenômenos de ruptura, a fim de construir uma superfície de emergência.

O primeiro romance brasileiro escrito por uma mulher negra de que temos notícia é “Úrsula”, publicado em 1859, na cidade de São Luís, no Maranhão, por Maria Firmina dos Reis. Nele, a

autora apresenta uma literatura antiescravista, a partir do ponto de vista de uma escritora negra, algo incomum na época, por se tratar de uma mulher que escreve sobre o sofrimento vivenciado pelos homens e mulheres escravizados no Brasil – atividade predominantemente atribuída aos homens, na época e ainda nos dias atuais - e além disso surpreende o fato de que seja uma mulher negra a obter esse pioneirismo.

Sobre essa obra, foi dito que:

[...] É, também, o romance inaugural da chamada *literatura afro-brasileira* – entendida, aqui, como a produção literária afrodescendente que tematiza a negritude a partir de uma perspectiva própria. Possivelmente, por conta de seus ineditismos e pelo prestígio alcançado pela autora no Maranhão do século XIX, logo se transformou em ‘um acontecimento festejado por todo o jornalismo, e pelos nossos homens de letras, não como por indulgência, mas como homenagem rendida a uma obra de mérito’, como anuncia a nota veiculada em 1861, dois anos depois de seu lançamento, pelo periódico maranhense *A Verdadeira Marmota*. (ZIN, 2018, p. 7-8).

Maria Firmina até onde sabemos não foi escravizada, porém vivenciou de perto os maus-tratos cometidos contra os seus semelhantes e, inconformada, tratou de usar a literatura como uma forma de traduzir o seu ponto de vista sobre a questão. Ela publicou outros livros, como: o conto indianista “Gupeva” (1861-2), “A escrava” (1887), de forte tom abolicionista, e o livro de poesias com temáticas diversas “Cantos à beira-mar” (1871). Atuou como professora e chegou a fundar a primeira escola mista de primeiro grau no país, preocupada que era com as causas sociais, entretanto essa escola só funcionou por dois anos, sendo obrigada ao fechamento, por ter escandalizado a sociedade local.

A autora maranhense foi uma voz de resistência entre tantas outras de sujeitos infames cujas vidas, em situação de infâmia, segundo Foucault (2003, p. 206), se confrontaram com o poder. Neste caso de Maria Firmina, o confronto

se deu pela experiência da escrita (por sua escrevivência), ainda que atravessada, neste caso, pelas teias do poder, uma vez que os africanos e afrodescendentes escravizados não tinham direitos e não eram tratados com o respeito que se deve a uma pessoa humana. Comprova isso a narração da preta Susana, no romance referido alhures, sobre como ela e seus companheiros de infortúnio sobreviveram, após a captura pelos “bárbaros”, no porão do navio:

[...] Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário [à] vida passamos nessa sepultura, até que abordamos às praias brasileiras. Para caber a mercadoria humana no porão fomos amarrados em pé, e, para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa: davam-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca; vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim, e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos! (REIS, 2018, p.181)!

Embora Maria Firmina dos Reis não seja tão conhecida dos brasileiros, porque seu nome não figura entre aqueles citados nos livros didáticos estudados nas escolas, os quais privilegiam os nomes masculinos tidos como canônicos, ela é contemporânea de outros autores - apontados por sua preocupação com o tema dos escravizados - reconhecidos da época do romantismo e mesmo do naturalismo, a exemplo de Castro Alves, Joaquim Manuel de Macedo, Bernardo Guimarães e Aluísio Azevedo.

O romance de Maria Firmina dos Reis foi rejeitado porque não se enquadrava nas normas canônicas vigentes na época, desejosa de formar uma identidade nacional, a partir da ótica patriarcal do colonizador. Sendo mulher e pondo em evidência a lógica dos “vencidos”, a perspectiva cultivada pela autora estaria na contramão dos objetivos traçados

pelos críticos de então. Por todas as questões aqui levantadas, vemos na reedição desse livro um verdadeiro ato de resistência à opressão sofrida pelos escritos femininos há séculos.

Schmidt (2018) explica que esse “esquecimento” de “Úrsula” pode ser entendido no contexto da história cultural e social brasileira e de suas hierarquias, apontando que:

[...] Em virtude de mecanismos de legitimação de uma cultura literária constituída como um reduto de homens letrados, a autoria feminina foi desqualificada, e os textos, subtraídos da memória cultural do país em razão do poder de discursos críticos que, investidos de autoridade até meados do século XX, tinham como hábito definir qualquer texto de autoria de mulheres como ‘subliteratura’, ‘fraco’ ou destituído de ‘valor literário’, o que quer que signifique tal expressão. Tal discurso de descrédito se pautava no consenso, presente no campo social e cultural, sobre o papel da mulher, circunscrito ao espaço doméstico, e sobre seu corpo, naturalizado em termos da capacidade biológica reprodutiva [...] (SCHMIDT, 2018, p. 16-17).

Assim, fica claro que esse romance deixou de constar da lista daqueles ditos com “valor literário”, não por ausência de mérito da obra ou de talento da escritora, mas por regras injustas de interdição, impostas por uma sociedade que oprime diversas minorias, entre elas a mulher, vista com a função única de reprodução humana ou condenada ao silenciamento das atividades domésticas, como se fosse uma cidadã de segunda categoria.

Se a mulher em geral era silenciada e cerceada no seu direito de expressão, justificada pela ideia corrente de que ela deveria apenas auxiliar o homem e exercer atividades nas imediações do seu lar, a mulher negra foi ainda mais oprimida, sendo duplamente discriminada, pelo fato de podermos acrescentar às questões de gênero as de raça, que a deixavam numa posição de inferioridade ainda maior. Um contraponto a ser feito, no entanto, é que a mulher negra, geralmente das classes populares, teve acesso às ruas, para obter seu ganho e sustentar a sua família, muito antes de as mulheres brancas obterem esse direito, pois, para além das

questões de gênero, neste aspecto, as questões de etnia e de classe menos favorecida se sobrepõem.

Nos séculos XVIII e XIX, a mulher vivia sob a égide patriarcal, que delimitava muito fortemente o lugar que ela deveria ocupar na sociedade, quase sempre ligado à procriação e à educação dos filhos, chegando a exercer a profissão de professora, exceção que foi possível a Maria Firmina dos Reis, que era professora, tendo passado por concurso público, no Maranhão, e a Ana Luísa Azevedo Castro, que foi também professora e diretora de um colégio feminino, no Rio de Janeiro, onde lutou pela educação feminina. Enquanto escritoras, foram silenciadas pela sociedade, esta última foi autora do romance “D. Narcisa de Villar”, também de 1859, considerada a primeira escritora catarinense. Sendo assim, muitas mulheres que ultrapassavam os limites impostos por tal sociedade, precisavam se proteger atrás de um pseudônimo, o que levou a primeira a assinar seu livro como “Uma maranhense” e a segunda a se identificar como a “Indígena do Ipiranga”. A noção de autoria merece um destaque nesse processo de subjetivação da mulher negra na literatura.

Foucault (2015, p. 277) discute a noção de autor na literatura, defendendo que não se trata apenas de um nome próprio, referindo-se apenas à pessoa física que escreve a obra. Para ele, o nome do autor exerce um certo papel em relação ao discurso, assegura uma função classificatória, uma vez que permite reagrupar um certo número de textos, também delimitá-los, ou mesmo excluir alguns de seu conjunto, ou opô-los a outros. Dessa forma, quando enunciamos o nome de um autor, não estamos, portanto, apenas delimitando um estilo individual, com suas escolhas linguísticas e filiações teóricas, mas estamos dando visibilidade aos sujeitos e aos discursos produzidos historicamente. Enxergamos, então, por trás de uma história de apagamentos de nomes de mulheres negras na literatura, a insurgência de autoras, enquanto

fundadoras de uma discursividade específica: a do feminismo negro.

No momento em que o livro passa a circular sem a divulgação do nome das autoras, o que acusa o exercício do poder na tentativa de docilizar os corpos negros, esse escrito cumprirá seu papel, no sentido de colaborar no debate de ideias relacionadas a um campo específico do saber. O nome silenciado, na condição de infame, terá marcada a sua posição de sujeito que tem algo a dizer, ainda que interdito pelo procedimento de exclusão, o qual nos diz que não se pode dizer tudo, em qualquer circunstância, que qualquer um não pode falar de qualquer coisa (FOUCAULT, 2014a). Nesta situação, a mulher que escrevia não estava autorizada a fazê-lo, naquela época, por isso o ato de escrever se tornava uma ação de desobediência, podendo ser assim concebido ainda hoje. A desobediência pode ser punida e a sanção talvez seja um preço alto demais a se pagar, então a solução é um subterfúgio para amenizar o risco. Esse é o papel do pseudônimo para as escritoras.

Essa visão de que a mulher é alguém que precisa obedecer pode derivar do fato de que ela não é definida a partir de si, mas de um outro que é o homem. Ribeiro (2017), ao comentar sobre a categoria do outro, como formulada por Simone de Beauvoir, em “O segundo sexo”, de 1949, discute que a relação do homem com a mulher é de submissão e dominação, pois ela é vista como um objeto, como se tivesse uma função, assim como uma cadeira também tem uma função e essa forma de ver a desumaniza. Para a mulher, o mundo não é apresentado com todas as possibilidades, sua situação lhe impõe um lugar de outro, pois não há reciprocidade na relação que se estabelece.

Ainda segundo Ribeiro (2017), Grada Kilomba afirma que a mulher negra é o outro do outro, posição delicada que a coloca num lugar de ainda menor reciprocidade, pois há uma oposição à branquitude e à masculinidade. Nessa perspectiva,

primeiro estaria em evidência o homem branco, em seguida a mulher branca, posteriormente seria considerado o lugar do homem negro e a mulher negra estaria no final da fila, sendo levada a um apagamento social que se estenderia a outros campos, inclusive o da criação literária. Nesse sentido é que dizemos que a publicação de escritos de mulheres negras se tornou um ato de resistência, porque reage a situações históricas de contenção dessas mulheres. Considerando o conceito de necropolítica cunhado por Mbembe (2018b), podemos dizer que, quando esse tipo de política não mata o corpo negro, por exemplo, permite que esse corpo não seja contemplado com políticas públicas que direcionem algum tipo de reparação para aqueles que desde que chegaram às terras brasileiras sofrem com o descaso e o preconceito. E esse comportamento de menosprezo através da raça não foi uma realidade vivenciada apenas no Brasil.

Mbembe (2018a, p.149) discute a realidade norte-americana, ao citar o capítulo do livro “A democracia na América”, de Alexis de Tocqueville, em que este autor aborda o futuro das três raças que habitam o território dos Estados Unidos, tratando os brancos como a raça dos homens “por excelência”, ao passo que trata como raças infortunadas as representadas por negros e índios. E completa dizendo que as três formações raciais são separadas por tudo ou quase tudo: a educação, a lei, a origem, a aparência – formando, na sua opinião, uma barreira quase insuperável.

Esses elementos da chamada “barreira quase insuperável” podem ser superados, se houver leis que salvaguardem o cidadão negro (ou indígena), respeitando-o em seus direitos e lhe oportunizando as mesmas condições de educação e emprego que qualquer jovem branco da nossa sociedade possui. Essa ausência de oportunidades é provinda da chamada necropolítica, a qual mata o indivíduo de diversas formas: ora lhe tirando a

vida, ora lhe tirando a qualidade de vida- existência, ora subjugando-o pelo medo e tolhendo as oportunidades de ascensão.

A insurgência da mulher negra, as mídias e a literatura

A partir desse regime de existência de uma literatura afrodescendente ou literatura negra, emerge Júlia Suzarte, uma jovem negra que começa a lançar seus escritos e seus vídeos em suas páginas nas redes sociais e começa a constituir um fio de discurso que se tece a outros dizeres que aparecem à margem de elementos ditos canônicos. A relação que se estabelece entre este discurso e outros ditos oficiais é que o esboçado por esta sujeita se inscreve na ordem da atualidade, tanto quanto qualquer outra superfície denominada de literatura, independentemente de o dito vir de uma voz da classe subalterna ou de vir de alguém da classe hegemônica.

Engana-se a sociedade do discurso, ao tentar silenciar os sujeitos subalternizados, supondo que nada têm a dizer ou que seu discurso não ecoará. Embora haja muitos bloqueios para que sujeitos vindos das classes menos abastadas não se pronunciem, esses discursos se proliferam e, por vezes, ganham força, senão pelo clamor de sua novidade, ao menos porque as redes dão voz a muitos que não tinham antes como vir à tona. São as condições atuais de emergência dessa poética.

Indicada para concorrer ao prêmio Maria Firmina, Júlia Suzarte o recebeu na sétima edição da Festa Literária das Periferias FLUP, no Rio de Janeiro, em novembro de 2018, e, em janeiro de 2019, contactada pelo seu Instagram, participou do programa global “Encontro com Fátima Bernardes”, no qual ficou sabendo que a Editora Anjo, de São Paulo, publicaria o seu primeiro livro, no final de 2019, com o título “No meu quintal”. Foi a realização de um sonho da escritora, que

nasceu e vive na zona rural de Feira de Santana, numa comunidade quilombola no distrito de Maria Quitéria, antigo distrito de São José das Itapororocas. Segundo o Jornal Folha do Estado, de 24 de fevereiro de 2019:

Júlia começou a rimar palavras aos 9 anos, muito ajudada por projetos no Colégio Estadual Professora Maria José de Lima. Ela participou [do] projeto Tempo de Arte Literária (TAL) onde pode potencializar a escrita e alçou voos na poesia, que levaram a festas literárias, programas na televisão e [a] um público cativo nas redes sociais. [...]

Dessa forma, a partir do uso das redes sociais, espaço heterotópico de produção de saberes e de produção de si, a jovem escritora teve mais visibilidade, conseguiu publicar o livro *No meu quintal*, ganhar mais seguidores em suas páginas no Facebook (Júlia Suzarte) e no Instagram (@julia_poeta), e ainda começa a fazer parte de eventos escolares e literários. Essa mulher negra talvez possa figurar como uma vida infame, segundo a definição de Foucault, pelo simples fato de ser mulher e negra, mas ela se desloca para um outro lugar de insurreição, no momento em que, mesmo seu caminho sendo atravessado pelo dispositivo midiático e escolar, ela se reinventa, emergindo no cenário baiano e nacional.

Assim, a mulher negra lança sua linguagem poética ao infinito, num momento de visibilidade da literatura negra em nosso meio, não obstante as anunciadas dificuldades enfrentadas por quem sempre estudou em escola pública e não tem condições sociais muito favoráveis, como atesta a passagem a seguir, veiculada no Jornal Folha do Estado, em 24 de fevereiro de 2019:

De berço humilde, a formação de Júlia se deu, até ingressar na universidade, completamente na zona rural. Mas para ela, o fato de não estar em um centro urbano não impediu de vencer pela educação. Júlia tem como referência os pais. “A minha mãe estudou até a oitava série e meu pai até a quinta. Eles sempre me falam que se eu fizer o que eles não fizeram, por causa das dificuldades da vida, que é estudar, ter a educação como base, vou ter o que eu

quiser e hoje eles me vendo como poeta, ficam muito felizes. Quando a gente estuda em escola pública dificuldades sempre vão existir. Mas na poesia não. Sempre tive professores que me ajudaram”, disse. (Jornal Folha do Estado)

O jornal traça uma narrativa como elemento que também faz parte do processo de constituição da subjetividade negra da poeta, aproximando-a destes elementos históricos e sociais que dizem quem fala, de que lugar, autorizada por uma instituição educacional e legitimada pela mídia. A jovem poeta, “de berço humilde”, projetou-se do distrito, na zona rural, para todo o Brasil, e até para o mundo, já que no espaço das virtualidades as poesias são acessadas de qualquer lugar, ampliando o alcance de publicações que, se não fosse o ciberespaço, poderiam ter ficado muito tempo no fundo de uma gaveta, como aconteceu com os primeiros escritos de Evaristo. Some-se a isso a possibilidade de o público também adquirir o livro disponibilizado no mercado editorial pela Anjo.

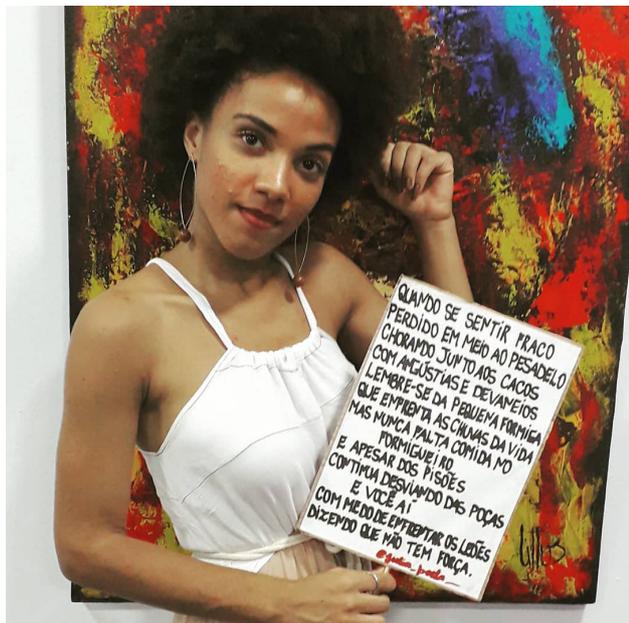
Pelas regras do discurso, não se pode dizer qualquer coisa, em qualquer circunstância e o que é veiculado pela população subalterna geralmente é marginalizado como escrita menor e sem valor, como já foi dito. Sobre a interdição, fala-nos Foucault:

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa [...] (FOUCAULT, 2014a, p. 9).

Dessa forma, ao fazer a sua poesia se proliferar, a mulher negra rompe com um preceito de interdição que tenta calar o subalterno desde tempos imemoriais, marcadamente, em nossa literatura feminina, desde Maria Firmina dos Reis. Mas para continuar falando e escrevendo é preciso também continuar resistindo, é preciso se preparar para o enfrentamento, porque dificuldades surgirão

sempre, para quem não nasceu nas classes que governam este país. Sobre essa teima em seguir, a poeta negra tem várias publicações, em suas redes sociais, como esta que segue, retirada do Instagram da poeta

FIGURA 01 - 12 de março 2020³

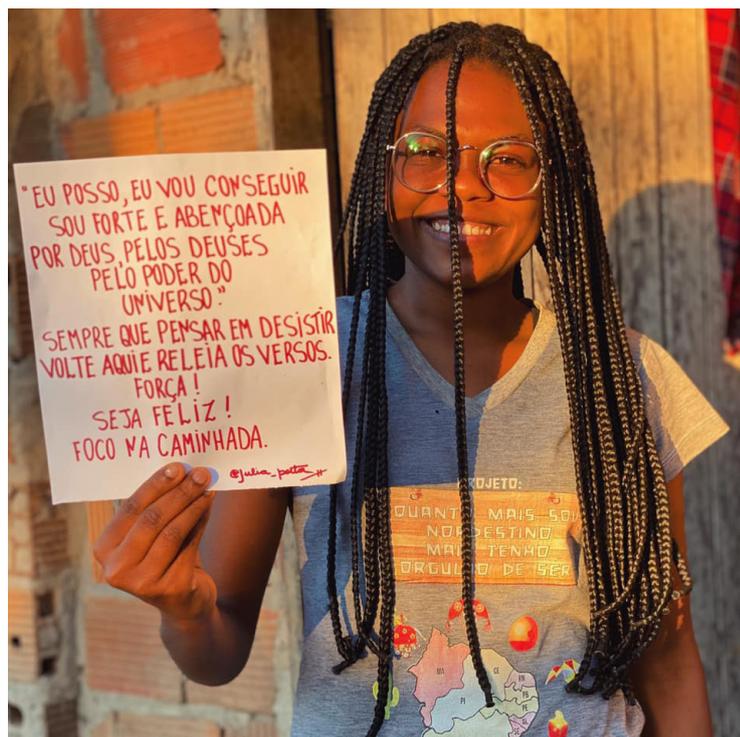


Na figura 01, temos, ao centro da imagem, uma mulher negra, com sua cabeleira “black power”, segurando a plaquinha, em uma das mãos, e tendo a outra mão levantada, com os punhos fechados, numa referência ao gesto feito nos protestos em que as pessoas gritam “Vidas negras importam”. Ela está trajando um vestido branco e, ao fundo, um quadro com cores fortes. Na plaquinha, está escrito: “Quando se sentir fraco/ Perdido em meio ao pesadelo/ Chorando junto aos cacos/ Com angústias e devaneios/ Lembre-se da pequena formiga/ Que enfrenta as chuvas da vida/ Mas nunca falta comida no formigueiro/ E apesar dos pisões/ Continua despistando das poças/ E você aí/ Com medo de enfrentar os seus leões/ Dizendo que não tem força.”

³ SUZARTE, Júlia. Quando se sentir fraco. 2020. Disponível: <https://www.instagram.com/p/B9pwMdCpaey/>. Acesso: 11 jul. 2021

Percebemos que há nessa imagem uma sincronia entre os gestos e o corpo da mulher negra e o que está escrito na plaquinha: um gesto de firmeza junto a palavras de encorajamento, de luta e resistência. Há também a comparação com o trabalho da formiga, que é pequena, entretanto consegue dar conta de sua grande tarefa, livrando-se dos obstáculos; assim é a vida da mulher negra, com vigor na luta, mesmo se sentindo fraca, faz gestos de força e prossegue.

A poeta traz uma mensagem para o seu “si”, mas que também é para o seu público em geral, considerando o desdobramento do sujeito autor em outros, pela prática de escrita. Os brincos em estilo africano e a cor do vestido, na foto, atualizam as raízes históricas e religiosas do povo que foi escravizado em terras brasileiras, mas com o olhar firme e o quase sorriso, marcando com força seu lugar de pertencimento, num exercício de resistência de um povo que não obteve da sociedade a reparação que merece. É preciso ainda que entendamos que essa produção heterotópica é marcada por uma constituição de intericonicidade. No dizer de Gama-Khalil e Milanez (2020, p. 156), “[...] a intericonicidade, como sabemos, trata da repetição de uma morfologia corporal indissociável da historicidade que faz certo corpo emergir. [...]”. Essa ideia de força e resistência se constitui numa regularidade discursiva nas publicações da poeta:



Nesta figura 02, a poeta fala sobre não desistir da sua meta, uma mensagem que serve para ela mesma e para o seu público, já que todos precisam não desanimar, em alguma instância, para a realização dos seus objetivos. No caso da autora, esse seguir em meios aos obstáculos inclui o fato de a sua literatura (e a das mulheres negras em geral) ser vista como uma literatura menor. Não precisamos questionar a razão pela qual a literatura da mulher negra é vista como menor, já que os parâmetros utilizados para esse tipo de consideração são da ordem de uma necropolítica, já discutida na seção anterior, sendo usados para deixar de fora a literatura de pessoas oprimidas pelo sistema.

A partir dos conceitos de biopolítica e de biopoder, desenvolvidos por Foucault, Farias (2020, p. 76) explica como sendo uma questão de organização da vida em torno de uma política de governo na qual a vida é gerenciada por tipos de procedimentos racionalistas para controlar o sujeito, dentro de um campo normativo, enquanto uma forma de controle. A partir daí, Farias elaborou a noção de bioleitura⁵, a qual dá conta de explicar como se dá a organização dos corpos para ler o que as instituições permitem ou orientam, entendendo que nem sempre se tem licença para escolher o que se deseja ler e que, se não há publicações de pessoas negras, não é possível que se leia sobre o que dizem esses corpos à margem, o que nos faz questionar qual o lugar dessa literatura de mulher negra na atualidade.

4 SUZARTE, Júlia. Eu posso, eu vou conseguir. 2020. Disponível: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=3369822976477503&set=pb.100003495000368.-2207520000..&type=3>. Acesso: 13 jul. 2021.

5 O termo 'bioleitura' foi usado, pela primeira vez, na dissertação de mestrado intitulada "Cartografias da Bioleitura no site G1 (2018-2019): uma análise discursiva a partir da noção de dispositivo em Foucault", de autoria de Diego Medeiros Farias, orientada por Carla Luzia Carneiro Borges, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), em 2020. Disponível em: <http://www.mel.uefs.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=117>. Acesso: 14 jun. 2021.

FIGURA 03⁶



Na figura 03, a poeta negra, com um grande sorriso, segura um gato preto na frente de sua casa, dessa vez a postagem não tem a plaquinha, a única inscrição é a exposição da data em que foi posta a circular no Facebook: 13 de março de 2020, precisamente uma sexta-feira 13. Na nossa cultura, essa data simboliza um dia de azar para alguns. E o gato preto também simboliza mau agouro, pois é estigmatizado no imaginário popular. Logo, temos uma mulher negra segurando um gato também negro, ou preto, como é mais comum ouvirmos. Gama-Khalil e Milanez (2020, p. 156) afirmam que o gato preto é uma formação rugosa e espaço de rupturas e desdobramentos. Se pensarmos que muita gente associa o fato de ter tido um dia ruim a um encontro fortuito com um gato preto, entenderemos o que significa essa formação, pois sua imagem é relacionada a maus presságios. A intericonicidade que resulta dessa imagem é muito significativa. Tanto a mulher quanto o gato, pela cor, podem ser relacionados a um sentimento incômodo,

6 SUZARTE, Júlia. Gato preto. 2020. Disponível: <https://www.facebook.com/photo?fbid=2654316801361461&set=pb.100003495000368>. Acesso: 18 jul. 2021

por parte de pessoas que têm preconceito racial ou são supersticiosas. O sorriso da poeta e a exposição da ingenuidade do animal é a contraposição que a imagem faz: confronta a historicidade corporal através da apresentação de uma nova perspectiva, que é a harmonia e suavidade com que os parceiros se mostram na foto. Da heterotopia rugosa, passamos a uma heterotopia lisa de acolhimento entre um animal de estimação e sua dona, afinal, entre os populares “ser gato” é ser belo.

FIGURA 04⁷



Na figura 04, vemos uma imagem que também faz um jogo com a intericonicidade: vemos a poeta negra numa posição que lembra alguém portando uma arma de fogo, objeto que nas mãos de cidadãos negros são geralmente relacionados à marginalidade. Só que ao invés de empunhar uma arma, ela empunha um livro, que representa a sua arte. Ao seu lado, sua mãe segura uma plaquinha em que podemos ler: “Ela sempre se dispõe/ É a escada do meu objetivo/ Darei para

7 SUZARTE, Júlia. Ela sempre se dispõe. 2019. Disponível: <https://www.facebook.com/photo?fbid=2026386727487808&set=pb.100003495000368>. Acesso: 18 jul. 2021.

minha mãe uma casa/ Sem segurar em armas/
Mas, com a minha arma/ Escrita em livros”. Como a pessoa negra no lugar da arma porta um livro, que é objeto da cultura acadêmica, a perspectiva muda, pois ela sai desse lugar de opressão para um lugar de autoridade, de saber, pois a inscrição, na plaquinha, fala em a poeta dar uma casa para a mãe, através da arte de escrever sobre si. A mãe tem uma atitude positiva, que denota aprovação ao projeto esboçado. O corpo de ambas funciona como uma superfície de inscrição (FOUCAULT, 2018b, p. 65) onde se descortinam planos de um futuro de plenitude, quebrando a expectativa de que corpos negros sejam associados à violência, à promiscuidade, à delinquência.

Como podemos observar, a literatura de mulher negra inscreve-se na ordem da atualidade, sendo ainda uma escrita de si, porque manifesta a subjetividade dessa mulher, mas também se configura numa escrevivência, tendo em vista que é uma escrita em que se misturam traços de ancestralidade e da vivência do hoje de uma sujeita marcada pela história, que representa uma coletividade, pois ao dizer, a sujeita traduz muitas vozes que foram silenciadas, porém que agora encontram uma forma de reverberar o seu discurso.

Literatura ao infinito: do murmúrio sem fim a uma forma de diagnosticar o presente

Para pensar a literatura pelo viés de Foucault, é preciso refletir sobre a linguagem ao infinito, pensar o discurso como tendo o poder de “[...] deter a flecha já lançada em um recuo do tempo que é seu espaço próprio. [...]” (FOUCAULT, 2015, p.48). Ulisses livra-se da morte, em “A odisseia”, ao contar seus infortúnios para afastar de si o destino que lhe chega a partir de uma linguagem que é anterior à linguagem. Eis aí o lugar da literatura. Levar o sujeito para esse fora, esse tempo da escrita

de que fala Blanchot (2018), deslocando-se para um outro espaço que lhe permite ser tudo o que não pode ser no primeiro, podendo ser o que quiser, como diz a mulher negra ao Jornal, ao pensar no seu devir.

Segundo Foucault, é no espaço vizinho ao da morte que a linguagem se reflete, como num espelho, permitindo que o sujeito leitor faça esse movimento de dobra sobre si mesmo, multiplicando-se em possibilidades ilimitadas de vir a ser. Talvez seja por isso que a literatura seja tão festejada em diferentes épocas, como lugar privilegiado do dizer, que pode, portanto, conduzir o sujeito a se transfigurar em um ser que pode muito mais do que se imagina no cotidiano. Nas palavras do filósofo (2015, p. 49):

[...] A linguagem, sobre a linha da morte, se reflete: ela encontra nela um espelho; e para deter essa morte que vai detê-la não há senão um poder: o de fazer nascer em si mesma sua própria imagem em um jogo de espelhos que não tem limites. No fundo do espelho onde ela recomeça, para chegar de novo ao ponto onde chegou (o da morte), mas para afastá-la ainda mais, uma outra linguagem se mostra – imagem da linguagem atual, mas também modelo minúsculo, interior e virtual; é o canto do aedo que Ulisses já cantava antes de A odisseia e antes do próprio Ulisses (pois Ulisses o ouve), mas que o cantará infinitamente depois de sua morte (pois para ele Ulisses já está como morto); e Ulisses, que está vivo, o recebe, este canto, como a mulher recebe o esposo ferido de morte.

A proximidade da morte é esse limiar que permite a volta e a passagem para uma outra dimensão, em que as habilidades do sujeito se desenvolvem a tal ponto que fazem com que ele invente outras formas de viver. A linguagem (e por que não dizer, a literatura) se desdobra e se faz espelho de si mesma, deixando em suspenso a história contada de uma forma labiríntica que foge do seu próprio fim. Daí Foucault (2015) se referir à literatura como um murmúrio sem fim, algo que se mantém em suspenso e que reclama a sua continuidade.

A literatura nunca é singular, ela é plural, nunca aparece sozinha, mas povoada de saberes os mais diversos que se põem em funcionamento a partir de figuras como o espelho, o duplo, o murmúrio, no trabalho de Foucault. O que o filósofo reflete sobre a linguagem, pode-se também afirmar sobre a literatura. A literatura e sua relação com o espelho, que se projeta para fora de si, rumo a um infinito de possibilidades de vir a ser. “Espelho, espelho meu, há alguém mais ansioso por viver experiências do que eu?”, poderíamos nos perguntar, ao mergulharmos em mais uma história em que o ser se multiplica na vivência de outras realidades, mergulho heterotópico que propicia o movimento de corpos-espacos. É o movimento realizado pela mulher negra ao se projetar do seu quintal para as redes, um espaço que a constitui e em que ela realiza o seu duplo, através da sua poesia propicia também que o leitor de duplique.

A literatura tem a potencialidade de duplicar o sujeito, como ressaltamos anteriormente ao falarmos da poesia veiculada nas redes sociais de Júlia Poeta, que é atravessado por diversas instâncias de saber, e se deixa conduzir como pelo fio da história de Ariadne, que, durante mil e uma noites, inventava uma vida para se afastar da morte. A imagem do duplo remete-nos a um desdobramento sem fim do escritor e do leitor no sentido de atingir essa sensação de infinitude que faz a linguagem se proliferar, num murmúrio que se reproduz infinitamente.

Esse murmúrio incessante é resultado de um movimento que não termina ao fim da leitura, mas fica ecoando dentro do leitor que já não é mais o mesmo depois desse contato e sai em busca de outras histórias que vão preencher o vazio da sua existência, obrigando-o a pensar sobre o seu si e os seus entrelaçamentos com o cotidiano. A esse saber que se multiplica e afeta outros saberes, num movimento constante, cíclico, não-linear, fora-dentro, levando o sujeito a pensar sobre a sua

atualidade, ou melhor, a produzir a si e ao outro numa dobra, é que estamos chamando aqui de literatura. E esse movimento de construção não termina nunca, porque as necessidades, os desejos, as (re)invenções estão sempre surgindo e o tecido da existência humana vai tendo seus fios nesse movimento até o último sopro de vida.

Foucault (2012), em sua conferência “Linguagem e literatura”, proferida em Bruxelas, em março de 1964, ressalta que questionar “o que é literatura?” não é algo que se dá do ponto de vista de crítico, de historiador ou de sociólogo a respeito de um fato da linguagem, mas diz respeito a um oco aberto na literatura, onde ela deveria se situar e recolher todo o seu ser. A partir daí, podemos nos deslocar da ideia de literatura como algo que faz o sujeito sair de si e viver outras dimensões, em outros espaços heterotópicos e acrescentar a isso (jamais subtraindo tal noção) que essa literatura em nosso tempo realiza um outro movimento que “faz girar os saberes”, como já foi dito por Barthes (1978). Esse movimento constitui-se numa atitude de análise que possibilita o diagnóstico do presente.

O sujeito assume uma atitude crítica diante da vida, ao se recusar a ser governado por alguém de determinada maneira, porém assumindo que tem os saberes necessários para não ser docilizado por este ser que se coloca numa relação hierárquica superior. O sujeito rebela-se, desobedece. Ao desobedecer, desobriga-se a seguir a antiga linha que tornava “normal” todas as ações, no sentido de fazê-las tornarem-se previsíveis. Esse sujeito que rompe com a sujeição tem uma atitude de rebeldia, de pura resistência e passa a analisar a sua atualidade, desconfiando das forças que ora lhe sugerem, ora lhe empurram, a seguir um caminho já conhecido. Esse sujeito questiona a legitimidade do que lhe contam.

Foucault não fala sobre a literatura como responsável por fazer o diagnóstico do presente, ele remete essa tarefa à filosofia, numa entrevista

com Caruso, em 1967. Nós é que, numa releitura do que foi dito por ele, relacionamos essa tarefa dita da filosofia, transportando-a para a escrita literária. Sobre a noção do diagnóstico, o filósofo explica:

Que o que eu faço tenha algo a ver com a filosofia é muito possível, principalmente na medida em que, pelo menos desde Nietzsche, a filosofia tem como tarefa diagnosticar e não procurar mais dizer uma verdade que possa valer para todos e para todos os tempos. Eu procuro diagnosticar, realizar um diagnóstico do presente: dizer o que somos hoje e o que significa, hoje, dizer o que nós dizemos. Esse trabalho de escavação sob nossos pés caracteriza, desde Nietzsche, o pensamento contemporâneo, e nesse sentido eu posso me declarar filósofo. (FOUCAULT, 2014b, p. 34).

Esse diagnóstico oportunizado pela via da literatura não tem um fim em si mesmo, porém leva-nos a olhar as coisas ao redor de outro lugar. Nessa realidade em que me percebo, sou movido a pensar no que fazer da minha vida, após essa prática. O que fazer de nós mesmos após esse exercício arqueológico ter ultrapassado as primeiras camadas? Certamente esta descoberta nos permite a vivência de uma experiência que não precisa ser imutável nem definitiva, mas deve nos levar a algum lugar, a desenvolver uma atitude diferente da que tínhamos tomado até então. Leva-nos a uma transformação de nossa atitude, por meio dessa experiência que nos subjetiva.

E o sujeito pergunta-se: em quem me tornei? Quem sou eu hoje? Ao menos, num sujeito que tenta driblar o poder que o instiga a ser sujeito e obediente, previsível, portanto. Certamente a tarefa proposta pela literatura seja, após esse diagnóstico, viver essa realidade heterotópica que se estabelece, fruto de um desvio, de uma guinada mais à esquerda, que faz o sujeito conviver com esse duplo com que agora se encontra⁸. Tem sido um pouco esse o percurso trilhado pela mulher negra poeta, Júlia Suzarte, através do que produz nas redes.

⁸ Conferir o “duplo de Dostoiévski”, em FOUCAULT, Michel. *Linguagem e literatura*. In: MACHADO, Roberto. *Foucault, a filosofia e a literatura*. 3ª reimpressão. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. Anexo. (p.147)

Observamos que há a recorrência do tema, constante em sua obra, que faz alusão a quedas e choros, mas com uma mensagem de perseverança ao final, pois a ideia de “tentar outra vez” aparece sempre. Isso certamente revela a tentativa de fazer da vida uma obra de arte, à semelhança da ascese grega, em que os exercícios precisam se multiplicar, na tentativa de compor a subjetivação dessa alma de poeta que também faz da sua escrita um ato de insurgência.

Assim, ao se rebelar por meio de suas postagens, a mulher negra exercita a sua atitude crítica, torna-se a insubmissa voluntária, ao se libertar da autoridade de um superior hierárquico que teima em lhe dizer o que pensar, como agir e ao que deve obedecer. A ideia de literatura que defendemos aqui passa por esta perspectiva de liberdade assumida, pois os textos escritos pela mulher negra saem desse lugar de conformismo, de acomodação para defender uma atitude diferente, alicerçada numa atitude de resistência.

CONCLUINDO, MAS NÃO FECHANDO

Vimos que, na tentativa de pensar as relações entre sujeito e verdade, Foucault (2017) toma como ponto de partida a noção do cuidado de si, que foi traduzido como ocupar-se de si mesmo, sendo considerado por Sócrates como o primeiro despertar. Essa prática leva o sujeito a se modificar, pois não é um exercício momentâneo, mas algo que perpassa toda a vida. Este conceito foi aproximado da noção de *escrivência*, cunhada por Evaristo (NUNES, 2020), em que a escrita de mulheres negras desfaz a ideia de que a sua voz, no passado escravocrata, era submetida ao comando do feitor ou do homem branco, que figurava como seu proprietário.

Num movimento de resistência ao poder estabelecido que tenta até hoje subjugar o corpo

negro, as publicações da mulher negra poeta, em suas redes sociais, representam um ato de desobediência a uma sociedade que tenta lhe calar, mas não consegue porque a sua voz pode ser acessada pelas redes sociais, difundindo a sua mensagem de potência, reverberando a luta de um povo que sabe o valor que tem e deseja ocupar o lugar histórico que lhe foi negado por séculos.

Desse ponto de vista, a poesia divulgada pela mulher negra, em suas redes sociais, é essa escrita de si, que faz coincidir, numa dobra, o olhar do outro com o seu próprio, constituindo-a numa sujeita que se levanta contra políticas injustas e posicionamentos herméticos, que não oportunizam perseverar na busca do objetivo e concretizar sonhos. Essa escrita de si da sujeita negra permite que ela faça da sua literatura um movimento de diagnóstico da realidade, sendo produzida nos mais variados lugares, num movimento constante por espaços heterotópicos, de desobediências e insurgências.

Assim, essa sujeita deixa o lugar de subalternidade que a necropolítica reserva para aqueles que têm a pele mais escura na sociedade e se coloca num lugar de insurgência, de combate ao preconceito contra aqueles considerados diferentes, pelos mais diversos motivos, assumindo uma postura daquele que pode falar, quebrando os paradigmas da sociedade do discurso.

Que momento importante ter esta mulher negra, quilombola e pobre, podendo ser ouvida, falar de si e do seu mundo, como esta voz insurgente no feminismo negro. Acreditamos que possamos falar de nós mesmas, de nossos sonhos, de nossos anseios, de nossas lutas, nesse combate que, longe de ser uma luta travada contra os outros, trata-se de um exercício de libertação, pelo qual todo sujeito que está em processo de constituição precisa passar.

REFERÊNCIAS

- BARTHES, Roland. Aula. 8ª ed. São Paulo: Cultrix, 1978.
- BLANCHOT, Maurice. O livro por porvir. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. 3ª edição. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2018.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2. Tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2012. (Vol.5).
- EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. (org.). Escrevivência: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. (p. 26-46) (pdf).
- FARIAS, Diego Medeiros. Cartografias da bioleitura no site G1 (2018-2019): uma análise discursiva a partir da noção de dispositivo em Foucault. Dissertação de Mestrado em Estudos Linguísticos apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2020.
- FOUCAULT, Michel. O que é a crítica? seguido de A cultura de si. Tradução Pedro Elói Duarte. Edição estabelecida por Henri-Paul Fruchaud e Daniele Lorenzini. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2017.
- FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.
- FOUCAULT, Michel. O que é um Autor? In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Estética: literatura e pintura, música e cinema. 4ª ed. Ditos & Escritos III. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. (268-302)
- FOUCAULT, Michel. A linguagem ao infinito. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Estética: literatura e pintura, música e cinema. 4ª ed. Ditos & Escritos III. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. (p. 48-60)

- FOUCAULT, Michel. Outros espaços. In: MOTTA, Manoel Barros da (org.). Estética: literatura e pintura, música e cinema. 4ª ed. Ditos & Escritos III. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. (p. 428-438)
- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014a.
- FOUCAULT, Michel. “Quem é o senhor, professor Foucault?”. In: FOUCAULT, Michel. Ditos e escritos X. Filosofia, diagnóstico do presente e verdade. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014b. (p.29-49).
- FOUCAULT, Michel. Linguagem e literatura. In: MACHADO, Roberto. Foucault, a filosofia e a literatura. 3ª reimpressão. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. (Anexo)
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. Michel Foucault: uma trajetória filosófica. 2ª ed. rev., Tradução de Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. (Apêndice)
- FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: FOUCAULT, Michel. Estratégia, poder-saber. Ditos & escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. (203-222)
- GAMA-KHALIL, Marisa Martins; MILANEZ, Nilton. Corpo-espço organização e funcionamento de uma noção discursiva. Revista Moara. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras – Universidade Federal do Pará. v. 1, n. 57, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/9479>. Acesso: 21 jun. 2021. (143-162)
- MBEMBE, Achille. Crítica da razão negra. Tradução Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições. 2018a.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. Traduzido por Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018. (pdf)
- NATÁLIA, Livia. Intelectuais escrevintes: enegrecendo os estudos literários. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. (org.). Escrivência: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. (p. 206-224) (pdf).
- POESIA de Júlia Suzarte ganha redes sociais e chega a TV. Jornal Folha do Estado, Feira de Santana, 24 fev. 2019. Disponível: <https://www.jornalfolhadoestado.com/noticias/89461/poesia-de-julia-suzarte-ganha-redes-sociais-e-chega-a-tv>. Acesso: 18 jul. 2021.
- REIS, Maria Firmina dos. Úrsula. 1ª ed. Porto Alegre: Zouk, 2018.
- RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento. Justificando, 2017. (Série Feminismos Plurais)
- SCHMIDT, Rita Terezinha. Uma voz das margens: do silêncio ao reconhecimento. In: REIS, Maria Firmina dos. Úrsula. 1ª ed. Porto Alegre: Zouk, 2018. (Segundo prefácio).
- ZIN, Rafael Balseiro. Maria Firmina dos Reis, intérprete do Brasil. In: REIS, Maria Firmina dos. Úrsula. 1ª ed. Porto Alegre: Zouk, 2018. (Prefácio).

Submissão: agosto de 2021

Aceite: outubro de 2021.